

Rentabilidade e Concentração do Setor Bancário Brasileiro no Período 2002-2009

*Camilo Laureto**
*José Luis Oreiro***

RESUMO: O processo de reestruturação bancária iniciado na metade dos anos 1990 com os programas propostos pelo Governo Federal teve como consequência as fusões e aquisições (F&As) e concentração do setor bancário. O presente artigo tem por objetivo analisar se a tendência observada na década passada ainda tem reflexos no setor entre 2002 e 2009, ou seja, se o setor bancário continua se concentrando por meio das fusões e aquisições. Os resultados mostram que o processo de concentração intensificou-se com os maiores bancos sendo os principais agentes desse processo. Além disso, analisa-se a correlação entre lucratividade e *market-share* no setor bancário brasileiro.

ABSTRACT: The process of consolidation of Brazilian banking sector that begun in the 1990's with the programs proposed by the Federal Government had as its major consequence a huge concentration of the banking sector in Brazil. The objective of the present article is to analyze if the trend observed in the last decade still have impact over the banking sector in Brazil in the period 2002-2009, that is, to analyze if the Brazilian banking sector is still becoming more concentrated by means of Mergers and Acquisitions. The empirical findings show that the concentration level of Brazilian banking sector was increased in the period 2002-2009. Besides that, it is also analyzed the relation between profitability and market-share in the Brazilian banking sector.

Palavras-Chave: Bancos, Concentração e Poder de Mercado.

Key-Words: Banks, Concentration, Market Power.

ABRIL DE 2010.

* Economista e bolsista do IPEA-DF. E-mail: camilo_laureto@hotmail.com.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível I do CNPq e Diretor da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: joreiro@unb.br.

1. Introdução

Os bancos são intermediários financeiros que tem um papel fundamental na economia. Eles são criadores ativos de moeda bancária, ou seja, financiam a economia ao estabelecer a quantidade de crédito ofertado. O sistema financeiro passou por inovações tecnológicas e reestruturação a partir da década de 1960, o que gerou grandes impactos principalmente nas firmas bancárias. Com o aumento da competição entre os bancos, as receitas sobre as margens de juros diminuíram gerando impactos sobre a estrutura bancária. Para amenizar essas perdas, os bancos tiveram que realizar as fusões e aquisições (F&As) contrabalanceando as perdas com a criação de economias de escala e escopo.

O setor bancário brasileiro é o principal representante do sistema financeiro. Com isso, o governo brasileiro, visando se adequar ao novo cenário internacional do sistema financeiro, tomou medidas e elaborou programas de reestruturação do setor bancário. Primeiramente, houve a criação dos bancos múltiplos em 1988 pelo Conselho Monetário Nacional. Na seqüência, o plano Real foi instituído trazendo a estabilização monetária para o país. Entretanto, essa estabilização monetária trouxe perda de receitas, principalmente receitas de *floating*¹. Isso culminou com a intervenção do governo no mercado bancário por meio da criação do PROER, PROES e PROEF. Por fim, ocorreu a abertura do setor bancário ao estabelecimento de bancos estrangeiros no país, bem como de compras de bancos nacionais pelos mesmos. Essas medidas levaram a mudanças na estrutura do mercado, ou seja, um processo de concentração bancária motivada pelas F&As.

Este artigo tem por objetivo analisar o desempenho e o *market-share* dos bancos brasileiros entre o período de 2002 e 2009. O estudo foca medidas de concentração e lucratividade do setor de forma agregada (cinco categorias) e das cinco maiores instituições segundo seu ativo no período em análise. O modelo teórico utilizado para mostrar de que forma a concentração impacta sobre a lucratividade do setor bancário é uma versão do modelo Monti-Klein proposto por Freixas e Rochet (1997).

O artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. A primeira seção mostra o processo de reestruturação do sistema financeiro internacional na década de 1960 conforme o modelo de **Monti-Klein**. A segunda traz a análise do setor bancário nacional com os programas e medidas tomadas pelo governo com o conseqüente impacto sobre o *market-share* dos bancos. A terceira seção analisa o processo de concentração e lucratividade do setor bancário nacional no período de 2002 a 2009 além da correlação entre lucro e concentração por meio do modelo proposto no artigo. A última seção é destinada à conclusão do trabalho.

2. Intermediação Financeira: o papel dos Bancos

Segundo Freixas e Rochet (1997), os bancos podem ser vistos como agentes que retêm títulos em seu poder. Eles fazem a captação de depósitos dos agentes e realizam empréstimos para os mesmos. Entretanto, a função dos bancos em geral é mais complexa por duas razões: os bancos têm que manter os contratos em seu poder até que eles expirem e os bancos são transformadores de contratos financeiros e títulos.

Para Fama (1980), os bancos não são apenas intermediários entre poupadores e investidores, e sim transformadores de maturidades. Eles ajustam as necessidades dos depositantes com as dos tomadores por meio da transformação de ativos de baixa liquidez e longa maturidade em ativos de alta liquidez e baixa maturidade. Nessa linha de raciocínio, se

¹ *Floating* inflacionário são os juros reais negativos pagos pelo excedente dos depósitos à vista emitidos pelos bancos comerciais dividido pelo total dos encaixes (depositados no Banco Central ou mantidos nas agências) (Cysne e Costa, 1996).

os bancos comerciais não existissem, mas os mercados fossem eficientes, todos que contraem empréstimos inicialmente oferecidos pelos bancos poderiam adquiri-los por uma entidade não bancária.

Segundo a perspectiva de Keynes e dos pós-keynesianos, os bancos não são apenas intermediários financeiros passivos de recursos, e sim criadores ativos de moeda bancária. Os bancos, como uma firma com expectativas e motivações próprias, são capazes de criar crédito sem a existência prévia de depósitos. A poupança não determina o investimento, sendo que a preferência pela liquidez dos bancos desempenha um papel importante nessa determinação. As decisões dos bancos dependem de sua preferência pela liquidez, que é dependente das decisões descentralizadas e expectativas incertas em relação ao futuro. Os retornos esperados dependem da classe de ativos de acordo com a existência de aplicações de diferentes níveis de liquidez e rentabilidade e que são combinados de diversas formas. Portanto, os bancos têm o papel de financiar a economia ao estabelecer o volume de crédito ofertado. Moldado pela preferência pela liquidez em decorrência da incerteza que permeia o mercado, os bancos escolhem entre conceder empréstimos ou manter a liquidez de seus ativos levando em conta a maximização de lucros sob a forma monetária. (Paula, 2006).

2.1 Evolução da concentração bancária no mundo

Até a década de 1970, o setor financeiro era pesadamente regulado em todas as economias mundiais. O setor bancário era regulado para evitar a ocorrência de crises sistêmicas². Já os outros setores eram regulados para aumentar a proteção de investidores e investimentos. O caráter intervencionista das regulações dependia de regras prescritivas da supervisão financeira que era na maioria das vezes subordinada ao estado (Carvalho, 2007).

Esse sistema de regulação foi responsável pelo sistema financeiro desde a década de 1930. O sistema financeiro se manteve estável durante cinco décadas, mas em contrapartida, o mesmo era relativamente estagnado, já que estava preso às regras do sistema regulatório. A regulação prudencial era anticompetitiva e contribuiu para o não estímulo a comportamentos inovadores, mais arriscados, pelo setor bancário (Carvalho, 2007).

Entretanto, esse sistema não suportou a pressões desestabilizadoras que ocorreram a partir da década de 1960. As pressões são bem ilustradas na passagem de Carvalho (2005, p.12):

“Os intensos choques macroeconômicos sofridos a partir da aceleração da inflação americana nos anos 1960, como os aumentos de preços das matérias primas (...) em 1973 e 1979, o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, a adoção de políticas monetárias contractionistas por praticamente todos os países industrializados no final daquela década, e os movimentos de desregulação financeira doméstica e, posteriormente, de liberalização de movimentos internacionais de capitais, particularmente no mundo desenvolvido, tiveram como resultado o crescimento dramático da volatilidade de preços, taxas de câmbio e taxas de juros em praticamente todo o mundo. A incerteza que cerca transações financeiras cresceu de forma aguda forçando as instituições e mercados financeiros a modificarem suas práticas de modo a permitir sua adaptação à operação neste quadro.”

Essas pressões desestabilizadoras foram responsáveis pelos movimentos de inovação financeira e mudanças na operação do setor da seguinte forma:

² Entende-se como risco sistêmico como um choque em determinado setor da economia que venha a se espalhar por toda economia podendo levar a economia a um colapso. Os bancos são empresas. As empresas fazem escolhas que resultem em ganhos ou essas escolhas podem resultar em perdas (Carvalho, 2005).

- Processo amplo de liberalização e inovação financeira dos intermediários financeiros e bancos.
- Desenvolvimento de investidores institucionais.
- Aumento da volatilidade das variáveis relativas à atividade financeira como taxa de juros e taxa de câmbio.
- Percepção do risco intrínseco à atividade financeira.

Um processo independente que beneficiou o sistema financeiro foi o desenvolvimento tecnológico, mais especificamente as comunicações e a informática. Isso trouxe diversos ganhos para o sistema financeiro:

- Barateamento de operações, tais como concessão de empréstimos e captação de depósitos.
- Criação de novas firmas de captação de recursos que possibilitou ao investidor diversificar sua carteira de aplicações.
- Criação de produtos para absorver e administrar riscos.
- Criação de contratos e serviços específicos para atender a demandas individuais dos clientes.
- Expansão do mercado de títulos.

Esses fatores levaram a uma reestruturação do setor bancário inicialmente nos países desenvolvidos, alterando a natureza das operações bancárias. A maior evidência do crescimento das F&As ocorreu nos países desenvolvidos com mais intensidade na década de 1990. Essa consolidação bancária levou à diminuição do número de instituições causando o processo de concentração, diminuição do número de trabalhadores, aumento das receitas não-juros no total das receitas e declínio das margens dos bancos (Molyneux, 2003).

2.2 Modelo de Banco Monopolista de Monti-Klein.

O modelo de Monti-Klein para um banco monopolístico formulado por Freixas e Rochet (1997) supõe que o índice de Lerner³ é igual ao inverso da elasticidade sob a condição de maximização de lucro da firma bancária. Isso significa que quanto maior o poder de mercado dos bancos, menor será a elasticidade de demanda de empréstimos e oferta de depósitos, ou seja, o índice de Lerner terá um valor alto. Em concorrência perfeita, essas elasticidades serão infinitas.

De acordo com o modelo, o banco se defronta com uma demanda descendente por empréstimos $L(r_L)$ e uma oferta ascendente por depósitos $D(r_D)$. Por conveniência, o modelo usa curvas de demanda e oferta inversas $(r_L(L), r_D(D))$, ou seja, as variáveis de decisão dos bancos são empréstimos (L) e depósitos (D). Utiliza-se o suposto de que o capital do banco é dado e o lucro é definido pela diferença entre empréstimos e depósitos, ou seja, o *spread* bancário subtraído da função de custo:

$$\pi = \pi(L, D) = (r_L(L) - r) L = (r(1 - \alpha) - r_D(D)) D - C(D, L) \quad (1)$$

Onde:

³ O "Índice de Lerner de Poder de Monopólio" foi proposto por Abba Lerner em 1934. Em forma matemática, o índice é $L = \frac{(P - CMg)}{P}$, onde L varia de zero a um. Na empresa competitiva, $P=CMg$ e $L=0$. Quanto maior o valor de L, maior será o grau de poder de monopólio.

r = Taxa dada pelo banco central para o mercado interbancário (determinada pelo mercado de capitais internacional)

α = Coeficiente de depósitos compulsórios dividido pelos depósitos recolhidos pelo Banco Central

$C(L, D)$ = Custo de gestão dos empréstimos e depósitos

Para que os lucros sejam maximizados pela condição de primeira ordem, assume-se que a função lucro é côncava. Dessa forma, temos:

$$\frac{\partial \pi}{\partial L} = r'_L(L)L + r_L - r - C'_L(D, L) = 0 \quad \text{e} \quad \frac{\partial \pi}{\partial D} = -r'_D(D)D + r(1 - \alpha) - r_D - C'_D(D, L) = 0 \quad (2)$$

As elasticidades por demanda de empréstimos e oferta de depósitos são da seguinte forma:

$$\delta_L = -\frac{r_L L'(r_L)}{L(r_L)} > 0 \quad \text{e} \quad \delta_D = -\frac{r_D D'(r_D)}{D(r_D)} > 0 \quad (3)$$

A solução ótima é:

$$\frac{r_L^* - (r + C'_L)}{r_L^*} = \frac{1}{\delta_L(r_L^*)} \quad \text{e} \quad \frac{r(1 - \alpha) - C'_D - r_D^*}{r_L^*} = \frac{1}{\delta_D(r_D^*)} \quad (4)$$

Dessa forma, o lado esquerdo da equação (4) é o índice de Lerner e o lado direito da mesma equação representa o inverso da elasticidade conforme discutido acima.

2.2.1 O modelo para o caso de um oligopólio

Uma característica importante do modelo é que ele pode ser adaptado para o caso do mercado oligopolista com N firmas. Essa adaptação representa melhor a realidade dos bancos atuando na economia. Maximizando a função lucro dos bancos pelos parâmetros de depósitos e empréstimos das N firmas, segundo um equilíbrio de Cournot, o resultado mostra que a única diferença para o caso do mercado com apenas uma firma é que agora as elasticidades inversas são multiplicadas pelo número de firmas.

Segundo o modelo para o caso do oligopólio, existem N bancos indexados de $n = 1, \dots, N$. Supõe-se que a função custo dos bancos é a mesma, ou seja, linear para facilitar a análise:

$$C_n(D, L) = \gamma_D D + \gamma_L L, \quad n = 1, \dots, N \quad (5)$$

Onde os custos marginais de intermediação são constantes:

$$\gamma_D \equiv C'_D \quad \text{e} \quad \gamma_L \equiv C'_L \quad (6)$$

O equilíbrio de Cournot para o setor bancário supõe que ao maximizar cada banco n , tomando o volume de depósitos e empréstimos dos outros n bancos como dados. Dessa forma, para cada n , (D_n^*, L_n^*) , resolve:

$$\max \left\{ \left(r_L \left(L_n + \sum_{m \neq n} L_m^* \right) - r \right) L_n + \left(r(1-\alpha) - r_D \left(D_n + \sum_{m \neq n} D_m^* \right) \right) D_n - C(D_n, L_n) \right\} \quad (7)$$

O equilíbrio ocorre quando os bancos ajustam os empréstimos e depósitos:

$$D_n^* = \frac{D^*}{N} \quad e \quad L_n^* = \frac{L^*}{N} \quad (8)$$

A condição de primeira ordem é:

$$\frac{\partial \pi_n}{\partial L_n} = r_L(L^*) \frac{L^*}{N} + r_L(L^*) - i - \gamma_L = 0 \quad e \quad \frac{\partial \pi_n}{\partial D_n} = -r_L(D^*) \frac{D^*}{N} + r(1-\alpha) - r_D(D^*) - \gamma_D = 0 \quad (9)$$

As condições podem ser escritas da seguinte forma:

$$\frac{r_L^* - (r + \gamma_L)}{r_L^*} = \frac{1}{N \delta_L(r_L^*)} \quad e \quad \frac{r(1-\alpha) - \gamma_D - r_D^*}{r_D^*} = \frac{1}{N \delta_D(r_D^*)} \quad (10)$$

Dessa forma, segundo a equação acima, a única diferença para o modelo original é que as elasticidades são multiplicadas pelo número de firmas. Quando N tende ao infinito, o mercado é caracterizado por uma concorrência perfeita, enquanto que se N for igual a um, o mercado será monopolista.

2.3 Variáveis influenciadas pela concentração bancária

De acordo com o modelo de Monti-Klein para o caso do oligopólio, a diminuição do número de firmas irá induzir um aumento da concentração bancária. Isso impacta de diversas maneiras sobre a forma como os bancos e os agentes irão alocar seus recursos. O aumento do número de firmas diminui o índice de Lerner causando impactos negativos sobre o poder de mercado dos bancos na determinação das taxas de juros de demanda de empréstimos e oferta de depósitos.

Uma segunda categoria de variáveis são as taxas de juros de demanda por empréstimos e a taxa de juros da oferta de depósitos. A diferença entre o valor pago para os depositários menos valor recebido pela concessão de empréstimos é a margem de ganho dos bancos ou *spread* bancário. Quanto maior o poder de mercado dos bancos, ou seja, maior o índice de Lerner, menor será a elasticidade de demanda por empréstimos e oferta de depósitos de forma que os bancos podem aumentar suas margens, ou seja, seus lucros.

Uma terceira variante é que se os mercados de empréstimos e depósitos fossem independentes, os efeitos sobre os empréstimos pela imposição de um limite máximo para depósitos dependerão das propriedades da função de custo dos bancos. Se essas funções de custos são separadas para depósitos e empréstimos, a fixação de preços para empréstimos é independente dos tipos de depósitos. Entretanto, se as funções de custo forem dependentes, a

determinação da taxa de empréstimo dependerá da determinação das taxas para depósitos e vice-versa. Se os custos de gestão sofrem aumento, a escolha ótima de depósitos dependerá das características do mercado de empréstimos e vice-versa.

Por último, a taxa de juros monetária também pode explicar o *spread* bancário. Isso ocorre pelo fato da sensibilidade das taxas de empréstimos e depósitos serem determinadas pelo número de firmas no mercado e por essa taxa de juros monetária. Entretanto, essa taxa é exógena aos bancos, ou seja, ela é considerada pelos mesmos como dada. O responsável por sua fixação é o Banco Central, o qual estabelece seu valor de acordo com suas estratégias de política monetária.

3. Desenvolvimento do sistema bancário brasileiro entre 1988 e 2003

Em 1988, as resoluções 1.524 e 1.649 foram um marco na abertura do sistema financeiro e consideradas como uma verdadeira reforma institucional. Entre 1964 e 1988, as operações dos bancos eram limitadas, mas com a introdução dessas resoluções em 1988, a autoridade monetária autorizou a constituição de bancos múltiplos. Dessa forma, as instituições foram autorizadas a operar em todos os serviços financeiros (Santos, 2006).

Durante a década de 1980 e início da década de 1990, o país sofreu com instabilidades macroeconômicas que levaram a um baixo crescimento econômico e persistente inflação. Esses fatores causaram desmonetização da economia que culminou com colapso do sistema financeiro. Os bancos, até a introdução do plano real, geravam uma parte considerável de suas receitas via ganhos inflacionários, ou seja, receitas de *floating*. Isso comprometeu a concessão de crédito pelos bancos já que o risco em conceder crédito era maior do que o risco com a obtenção de receitas por *floating*. Uma das conseqüências dessa estrutura de funcionamento foi que os bancos deixaram em segundo plano questões relacionadas à estrutura de custos e eficiência produtiva.

Entretanto, com a abertura econômica, em 1990, e a criação do plano real, em 1994, a inflação foi controlada e isso gerou uma maior estabilidade econômica. Dessa forma, foi necessária uma reestruturação do sistema bancário por motivos como: remonetização da economia que elevou o rendimento real e a demanda por crédito e, principalmente, pela perda das receitas inflacionárias como fonte de receita operacional. Conforme a tabela 3.1, as receitas inflacionárias, que representaram 4% do PIB entre 1990 e 1993, chegaram a quase zero em 1995.

Tabela 3.1 Receita inflacionária dos bancos (%) - 1990 a 1995

Ano	Receitas inflacionárias em relação ao PIB	Receitas inflacionárias em relação à produção
1990	4,0	35,7
1991	3,8	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,3	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0,1	0,6

Fonte: IBGE (1997:44-46)

Entre 1994 e 1995, os bancos aumentaram a concessão de crédito para consumo visando conquistar mercado. Entretanto, a crise Mexicana no final de 1994 e o desequilíbrio no balanço de pagamentos fizeram com que o governo contraísse a política monetária. O recolhimento compulsório para concessão de empréstimos pelos bancos foi elevado

juntamente com elevação da taxa básica de juros pela autoridade monetária. Isso levou à contração da atividade econômica e ao crescimento da inadimplência bancária pelo fato dos bancos terem, em um primeiro momento, expandido a concessão de crédito ao consumidor. A consequência dessa desestabilização foi a ocorrência dos primeiros indícios de falências bancárias. (Freitas, 2008).

Os pequenos bancos foram os primeiros a serem atingidos pela crise, o que causou o fechamento de vários deles, mas sem levar a risco sistêmico. Isso ocorreu, pois eles possuíam uma estrutura de ativos menos diversificados e menores margens para absorver o aumento da inadimplência quanto à concessão de crédito. Entretanto, as medidas para controlar crédito e o controle de risco tiveram consequência sobre o balanço de pagamentos principalmente dos bancos varejistas. A primeira medida do Banco Central foi tomada quando o banco Econômico e o banco Nacional se defrontaram com problemas de liquidez e sofreram intervenção da autoridade monetária. Essa medida provocou insegurança quanto à solidez do sistema bancário, o que aumentou o risco. Dessa forma, os bancos deficitários encontraram problemas para obter financiamento em decorrência do “empçoamento pela liquidez”⁴ (Rocha, 2001).

As instituições bancárias possuem a característica de serem firmas que ao falirem geram risco sistêmico e colapso na atividade econômica. Dessa forma, elas possuem grande apoio governamental. O governo, ao constatar a eminente situação de insolvência de diversos bancos, concluiu que a solução imediata para o sistema financeiro seria a liquidação e intervenção nessas instituições problemáticas. Com isso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central tomaram medidas (quadro 3.1) no sentido de fortalecer e reestruturar o sistema bancário.

Quadro 3.1 Medidas provisórias e resoluções

Medidas tomadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional (CMN)

Medida Provisória 1.179 – Criam-se incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras. Bancos insolventes passam a ser adquiridos por outras instituições.

Medida Provisória 1.182 – Amplia poder do BACEN nas instituições com problema de liquidez com intuito de tomar ações preventivas que saneiam o sistema financeiro. Essa medida tornou-se a lei 9.447 de 1997: cabe ao BACEN desapropriar ações de controladores de instituições com problemas de liquidez e efetuar sua venda por oferta pública, caso os controladores não aceitem suas recomendações.

Resolução 2.208 – Institui o PROER.

Resolução 2.211 – Regulamenta o FGC.

Resolução 2.212 – Aumenta o capital mínimo para abertura de novos bancos. Os bancos estrangeiros foram liberados da exigência de capital mínimo maior ao se instalarem em território nacional se comparados ao capital mínimo para a abertura de um banco nacional.

Fonte: Puga (1999) e Rocha (2001).

3.1 O PROER

O PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) foi elaborado como a primeira medida com impacto no setor bancário após introdução do plano real. O programa se baseou em dois princípios gerais: estabilidade do sistema de pagamentos por meio de garantia dos depósitos dos aplicadores e penalização dos bancos geridos incorretamente (fraudes, gestão insatisfatória, ativos de baixa qualidade, etc) com a transferência acionária dos mesmos ao serem amparados pelo programa. O PROER saneava os bancos com problemas de liquidez para em seguida fazer a

⁴ Os bancos múltiplos privados faziam uso de operações interfinanceiras compromissadas como canal importante de aplicação. Entretanto, com a intervenção do Banco Central citada acima, os bancos múltiplos deixaram de fazer transações de recursos no interbancário. Dessa forma, o saneamento de troca de reservas dentro desse subsector ficou caracterizado como “empçoamento pela liquidez” (Paula et al., 2001).

transferência acionária deles para outras instituições financeiras. Dessa forma, o programa preservava a exigibilidade dos depósitos bancários a qualquer tempo (ver quadro 3.2).

Quadro 3.2 Fusões e aquisições com incentivo do PROER

Instituição vendida	Instituição compradora	Publicação no diário oficial da união
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.04.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.05.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.06.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.08.1996
Banco United	Banco Antônio de Queiroz	30.08.1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	02.04.1997

Fonte: Puga (1999).

Segundo Gonçalves (2004), dentre as características do PROER destacam-se:

- A entrada no programa ocorria mediante estudo de caso a caso pelo Banco Central.
- Manutenção da exigibilidade dos depósitos com a transferência dos bancos problemáticos para o banco adquirente.
- Instituição do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e agência brasileira de seguro de depósitos.

Por fim, o PROER beneficiou de forma direta as F&As. No plano real, 104 instituições sofreram alguma forma de intervenção, sendo que várias delas com recursos do programa. Esses recursos eram provenientes de reservas compulsórias mantidas pelo Banco Central, não causando impactos sobre o orçamento fiscal da união.

3.2 O PROES

O PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) tinha por objetivo reduzir a participação dos bancos estaduais no sistema bancário. A idéia era reduzir ao máximo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais. Esses bancos já sofriam problemas de liquidez mesmo antes do fim das receitas de *floating* por concederem empréstimos a governos estaduais. Esses empréstimos, muitas vezes, ocorriam sem qualquer garantia, o que tornava esses bancos inadimplentes. Isso enfraquecia os bancos estaduais e diminuía a eficiência do crédito concedido por eles. Dessa forma, era importante reduzir sua participação no sistema bancário nacional dentro de um contexto de ajuste fiscal dos estados e reestruturação da dívida pública (Freitas, 2008).

O programa entra em vigor com o objetivo de sanear o sistema financeiro público e estadual por meio da Medida Provisória nº 1.514, de agosto de 1996. O governo federal disponibilizou o montante em títulos de 48 bilhões de dólares para sanear as contas dos bancos estaduais. Desse montante, 26 bilhões foram para pagar dívidas do governo de São Paulo contraídas perante o Banespa. A Nossa Caixa recebeu 8 bilhões, o Banestado 4 bilhões, o Bemge 1,5 bilhões e por fim, 6 bilhões para o Banrisul e Banerj, metade para cada um deles (Puga, 1999).

O programa estimulou a extinção de nove bancos. Treze bancos foram privatizados, dos quais seis foram privatizados por governos estaduais e sete foram federalizados para depois serem privatizados. Outros cinco bancos sofreram reestruturação de acordo com medidas estipuladas pelo Banco Central e apenas três bancos não participaram do programa (Marques, 2002).

**Quadro 3.3 Bancos estaduais privatizados, liquidados ou federalizados
1997 a 2002**

Ano	Privatizado	Liquidado*	Federalizado e ainda não privatizado
1997	- Credireal (Bradesco) - Banerj - (Itaú) - Banco Meridional do Brasil - (Bozano Simonsen)	- Caixa Econômica do Estado de Goiás	
1998	- Bemge - Banco do Estado de Minas Gerais (Itaú) - Bandepe - Banco do Estado de Pernambuco (ABN Amro)	- Beron - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	
1999	- Baneb - (Bradesco)	- Banco do Estado do Acre - Baner - Banap - Bemmat	- BEC **
2000	- Banespa - (Santander) - Banestado	- Banco do Estado do Rio Grande do Norte	- Banco do Estado de Santa Catarina - Banco do Estado do Piauí
2001	- BEG - (Itaú) - Paraiban - (ABN Amro)		
2002	- BEA - (Bradesco)	- Produban - Banco do Estado de Alagoas	
2004	- BEM - (Bradesco)		

Fonte: Almeida (2007).

* O Baner teve sua concessão para funcionar cancelada em abril de 1999

** O BEC foi privatizado em dezembro de 2005, sendo o Bradesco o vencedor do leilão.

Obs: Os nomes entre parênteses após o nome do banco privatizado correspondem ao Banco vencedor do leilão de privatização.

Obs2: A data de liquidação corresponde à data final do processo, sendo a data da liquidação ordinária. Todos os bancos relacionados no quadro tiveram suas liquidações judiciais iniciadas anteriormente à data explicitada.

3.3 Abertura do mercado nacional aos bancos estrangeiros

Em 1962, aplicava-se ao setor bancário a lei da reciprocidade: os bancos estrangeiros que se instalassem no Brasil seriam regulados sob a lei do seu país de origem. Já em 1964, os bancos estrangeiros que quisessem se instalar no país teriam que ter autorização prévia do Banco Central. Em 1988, foi proibida a constituição de novas agências de bancos estrangeiros no país. Entretanto, essa lei era bastante flexível, já que ela não valia para acordos internacionais e decisões de interesse público (Puga, 1999).

Apenas em 1995, a participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional foi plenamente autorizada. Isso foi outro fator importante para determinar a estrutura de mercado nacional com a formação das F&As no Brasil. Esse ingresso ocorreu por meio da exposição de motivos nº 311, aprovada pelo Presidente da República, sendo que as entradas eram analisadas caso a caso pelo Banco Central. O intuito era que a internacionalização do sistema financeiro levaria o país a ser menos suscetível a crises internacionais⁵.

O cenário para a entrada de bancos estrangeiros no país se tornou ainda mais favorável com a resolução 2.212. Entretanto, antes dessa resolução, os bancos estrangeiros já eram incentivados a expandir seu mercado pelas atrativas taxas de juros praticadas pelos países emergentes e pela diminuição do número de bancos estaduais no cenário do setor financeiro. Com a introdução da resolução, o governo brasileiro passou a não exigir mais que

⁵ A abertura do sistema financeiro aos bancos estrangeiros faria com que eles trouxessem consigo tecnologias de gerenciamento de recursos e inovação de produtos ao mercado nacional. Isso levaria a maior eficiência operacional, ou seja, os custos bancários diminuiriam barateando a oferta de crédito. Somando a isso, a internacionalização levaria a um sistema financeiro mais robusto e diminuiria o risco de crise sistêmica.

os bancos estrangeiros tivessem, no mínimo, o dobro do capital dos bancos nacionais para ingressar no mercado brasileiro. O governo acreditava que isso iria aumentar a competição no setor, eficiência operacional e estimular inovações (Gonçalves, 2004).

Entretanto, a entrada dos bancos estrangeiros no país tem que ser analisado com cautela. Em 1997 e 1998, os bancos nacionais ajustaram os títulos em seu poder com preferência para títulos públicos e títulos imobiliários para se protegerem dos riscos gerados pelas crises Asiática e Russa, respectivamente em 1997 e 1998. Eles também fizeram uma política de *hedge* cambial⁶ para se resguardarem contra uma desvalorização cambial e diminuíram o volume de crédito concedido. Essa cautela dos bancos fez com que eles gerassem altos lucros, já que os juros estavam bem elevados. Isso proporcionou aos bancos nacionais passarem ilesos por essas crises, mantendo-se hegemônicos no setor bancário brasileiro.

Tabela 3.2 Participação percentual das categorias nos ativos da área bancária (%) - 1995 a 2003

Ano	Controle estrangeiro	Privados nacionais	Públicos *	Caixa Econômica Federal (CEF)	Banco do Brasil
1995	8,39	39,16	21,9	16,4	13,91
1996	9,79	39	21,92	16,47	12,52
1997	12,82	36,76	19,06	16,57	14,42
1998	18,38	35,29	11,37	17,02	17,44
1999	23,19	33,11	10,23	17,06	15,75
2000	27,41	35,23	5,62	15,35	15,63
2001	29,86	37,21	4,3	10,97	16,76
2002	27,38	36,93	5,87	11,66	17,12
2003	20,73	40,76	5,79	13,04	18,4

Fonte: Paula e Marques (2006) com dados do BACEN.

* Não inclui a CEF e Banco do Brasil.

De acordo com a tabela 3.2, fica evidente o aumento da participação dos bancos estrangeiros entre 1995 e 2001. Em 1995, os bancos estrangeiros representavam apenas 8,4% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Esse valor passou para quase 30% em 2001. Essa diminuição nos anos seguintes ocorre, pois o Itaú e o Bradesco adquiriram alguns bancos estrangeiros de médio porte. A participação do Banco do Brasil e CEF variou um pouco ao longo do período pelo fato deles terem passado por um processo de reestruturação. Já os bancos privados nacionais perderam mercado na década de 90, mas recuperaram esse mercado entre 2000 e 2003, evidenciando uma reação dessa categoria à entrada dos bancos estrangeiros no mercado nacional (Paula e Marques, 2006).

3.4 Concentração dos bancos brasileiros segundo seus ativos

O grau de concentração pode ser analisado pelo tamanho dos ativos dos maiores conglomerados segundo a tabela 3.3. As cinco maiores representam quase 56% do total de ativos do setor bancário, se considerados o BB e a CEF. O valor dos cinco maiores conglomerados cai para 40,83%, se excetuados as instituições BB e CEF. Computando os doze maiores bancos, se obtém um valor de quase 80% do valor total dos ativos do setor.

⁶ chama-se *hedge* ou cobertura o instrumento que visa proteger operações financeiras contra o risco de grandes variações de preço de determinado ativo.

Tabela 3.3 Os doze maiores conglomerados bancários (%) -1999 e 2003

Conglomerados (ativos totais)	1999	2003
Banco do Brasil (BB)	16,95	17,79
Caixa Econômica Federal (CEF)	16,88	12,36
Bradesco+BCN+Credireal+Baneb+Boavista+BBV+Finasa+Banco Mercantil SP	12,93	15,01
Itaú+Bemge+Banestado+Banerj+Beg+Fiat+Bco Itaú holding	9,93	10,77
Santander+Banespa	6,2	5,45
Unibanco+Bandeirante+Credibanco+Dibens+Fininvest	4,53	5,28
Abn-amro Real+ Bandepe+Banco da Paraiba	3,1	4,32
Safra	2,1	2,59
Nossa Caixa	2,2	2,18
HSBC	2,63	2,1
Bank Boston	2,3	1,93
CitiBank	1,29	1,83

Fonte: Coutinho (2004) com dados do Banco Central.

Segundo Rocha (2001), entre 1994 e 2000, houve uma redução de 58 bancos, totalizando um valor de 189 bancos em 2000. No período, houve uma diminuição de 50% nos bancos públicos e 19,53% nos bancos privados. 71,8% das operações de F&As ocorreram entre 1997 e 2000. Dentre elas, destaca-se a compra do banco BCN pelo Bradesco em 1998. Nesse período, ocorreram cinco privatizações (Banespa, Bemge, Banestado, Baneb e Banerj), duas incorporações de bancos estrangeiros por nacionais (Boavista Inter-Atlântico pelo Bradesco e Bandeirantes pelo Unibanco) e uma aquisição de um nacional por um estrangeiro (Real pelo ABN Amro). Portanto, fica claro a reação dos bancos privados nacionais à entrada no mercado dos bancos estrangeiros.

4. Os resultados do processo de concentração do setor bancário brasileiro entre o período de 2002-2009

Esse tópico tem por objetivo analisar o desempenho e o *market-share* dos bancos dividindo o setor bancário em cinco categorias entre o período de 2002 e 2009. O estudo foca medidas de concentração e lucratividade do setor de forma agregada (cinco categorias) e das cinco maiores instituições segundo seu ativo no período em análise. Por fim, conclui-se com a correlação entre lucratividade e concentração para as categorias e bancos citados acima.

4.1 Metodologia da pesquisa empírica, seleção e segmentação da amostra

A fonte dos dados utilizada na pesquisa empírica foi extraída dos balancetes dos bancos disponíveis no site do BACEN (www.bcb.com.br) no relatório “50 maiores bancos e consolidado do sistema financeiro nacional”. Os dados correspondem a setembro de cada ano e abrangem o período de 2002 a 2009. As variáveis contábeis utilizadas na análise foram: tipo de controle, ativo total, patrimônio líquido, lucro líquido e resultado bruto. A amostra coletada abrange cento e noventa e três instituições financeiras diferentes distribuídas ao longo dos oito

anos do período analisado. A amostra apresenta todas as instituições presentes no balancete disponibilizado pelo BACEN.

Os bancos serão analisados em cinco categorias de acordo com a variável “tipo de controle” estabelecida pelo BACEN. Eles serão divididos da seguinte forma: público federal (PF), público estadual (PE), privado com participação estrangeira (PPE), privado com controle estrangeiro (PCE) e privado nacional (PN). Dos cento e noventa e três bancos da amostra, nove estão inseridos na categoria público federal, nove no público estadual, setenta no privado com controle estrangeiro, sete no privado com participação estrangeira e noventa e oito no privado nacional. Além disso, os cinco maiores bancos segundo seu ativo no período de 2002 até 2009 serão analisados individualmente conforme sua lucratividade e indicadores de concentração, com intuito de saber o peso de sua importância dentro das categorias e no total da amostra.

A fim de tornar os valores comparáveis ao longo do período, os resultados da amostra foram calculados para valores presentes de setembro de 2009, corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da fundação Getúlio Vargas. Os resultados foram obtidos por meio do software estatístico SAS (Statistical Analysis System).

4.2 Grau de concentração dos bancos segundo seus ativos

Uma forma de avaliar o grau de concentração do setor é por meio da participação do ativo de cada categoria no setor bancário. De acordo com a tabela 4.1, os bancos públicos federais apresentam a maior proporção do ativo do setor bancário entre 2002 e 2006 com uma média de 39,41% do ativo contra 29,43% da categoria privado nacional. Essa categoria supera os bancos públicos federais em 2007 e 2008, com 34,39% em 2007 e 35,38% em 2008. Os bancos federais apresentaram taxa de 33,88% em 2007 e 32,14% em 2008. Em 2009, os bancos públicos federais passam a ter novamente a maior proporção do ativo com uma diferença de 1,66% para os bancos privados nacionais.

Tabela 4.1 Participações percentuais das categorias nos ativos da área bancária deflacionados pelo IGP-DI - 2002 a 2009

Categorias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Privado Nacional	24,87	29,44	30,00	29,82	33,00	34,39	35,38	38,49
Privado com controle estrangeiro	25,39	19,51	19,64	21,30	19,87	22,44	23,22	19,68
Privado com participação estrangeira	7,39	5,57	6,24	6,62	6,00	5,57	5,80	0,00
Público Estadual	3,42	3,67	3,73	3,71	3,72	3,73	3,46	1,69
Público Federal	38,92	41,81	40,38	38,55	37,41	33,88	32,14	40,15

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Já as outras três categoriais, no período entre 2002 e 2009, perderam *market-share*. Os bancos privados com controle estrangeiro e públicos estaduais perderam, respectivamente, 22,49% e 50,58% entre 2002 e 2009 na proporção de seus ativos. Em 2009, eles tiveram, respectivamente, proporções do ativo de 19,68% e 1,69%. Cabe ressaltar que os bancos públicos estaduais de 2002 são praticamente os mesmos de 2009, mas a queda na proporção do ativo justifica-se também pela venda da Nossa Caixa ao Banco do Brasil, já que o mesmo representava, em 2008, 50,71% dos ativos da categoria. No caso dos bancos com participação estrangeira, a compra do Unibanco pelo Itaú no final de 2008 fez com que essa categoria apresentasse valor praticamente nulo nos balancetes do BACEN. Isso ocorreu já que o Unibanco e o Concórdia, em 2008, eram os únicos representantes da categoria privado com

participação estrangeira e o ativo do segundo representava 0,005% dos ativos do setor bancário.

Tabela 4.2 Participações dos cinco maiores bancos nos ativos do total do setor bancário e das categorias deflacionados pelo IGP-DI (%) – 2002 a 2009

Categoria	Instituição	Proporção do ativo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PN	BRADESCO	Categoria	39,41	37,89	34,78	34,80	32,45	32,35	33,85	32,03
		Total	9,80	11,15	10,43	10,38	10,71	11,12	11,98	12,33
	ITAU	Categoria	30,46	30,85	30,66	29,75	33,38	36,06	37,15	44,27
		Total	7,58	9,08	9,20	8,87	11,02	12,40	13,15	17,04
PCE	SANTANDER	Categoria	-	-	-	-	-	-	46,86	-
		Total	-	-	-	-	-	-	10,88	-
PF	BB	Categoria	42,43	41,28	41,44	40,61	41,21	42,91	45,37	47,96
		Total	16,51	17,26	16,74	15,66	15,41	14,54	14,58	19,25
	BNDES	Categoria	29,23	27,68	28,42	26,79	26,43	24,00	-	25,81
		Total	11,38	11,57	11,48	10,33	9,89	8,13	-	10,36
	CEF	Categoria	24,54	27,08	26,37	29,01	29,15	30,01	28,17	24,48
		Total	9,55	11,32	10,65	11,18	10,90	10,17	9,05	9,83

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

PN: Privado Nacional / PCE: Privado com controle estrangeiro / PF: Público Federal.

Outra peculiaridade da tabela 4.1 é o salto de 8,01% entre 2008 e 2009 na proporção do ativo dos bancos públicos federais e de 3,11% para os bancos privados nacionais. No caso dos privados nacionais, o crescimento do ativo foi em parte pela compra do Unibanco pelo Itaú. Nesse período, o Itaú teve um crescimento de 7,12% (tabela 4.2) no ativo em relação aos ativos de sua categoria e de 3,89% (tabela 4.2) no crescimento do ativo em relação ao total do setor bancário. Entre 2008 e 2009, a categoria bancos federais teve crescimento expressivo na proporção do ativo. Um dos fatores para o crescimento foi a compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil. De acordo com tabela 4.2, entre 2008 e 2009, o Banco do Brasil teve um aumento do ativo por categoria de 2,69% e aumento do ativo pelo total do setor bancário de 4,67%. Dessa forma, do crescimento de 8,01% do ativo em relação à categoria, o Banco do Brasil contribuiu com 4,67%, ou seja, uma contribuição de 58,3% do aumento do ativo pela categoria.

O aumento do ativo do Banco do Brasil entre 2008 e 2009 foi tão expressivo que a CEF teve diminuição do ativo por categoria, mas aumento do mesmo em relação ao ativo total do setor bancário de respectivamente 3,69% e 0,78%. Entre 2008 e 2009, a categoria de bancos privados nacionais seguiu a mesma tendência dos bancos federais. O banco Bradesco diminuiu sua proporção do ativo por categoria, mas teve aumento do ativo em relação a todo o setor bancário. Os valores são respectivamente 1,83% e 0,35%, ou seja, o banco Itaú cresceu mais do que o Bradesco. Dessa forma, isso prova o *market-share* dos maiores bancos em atividade no Brasil, principalmente o Banco do Brasil e Itaú, que vêm aumentando seus tamanhos pela aquisição de outras instituições.

4.3 indicadores de concentração por conglomerados

Uma segunda medida de concentração bancária é a análise das instituições, quando a amostra é limitada pelo tamanho dos bancos. Nesse caso, o estudo se baseia em dividir os bancos em cinco grupos segundo o tamanho de seus ativos. O primeiro grupo da amostra tem os dois maiores bancos, o segundo tem os cinco maiores e assim por diante até a amostra conter os vinte maiores bancos segundo seus ativos.

De acordo com tabela 4.3, o setor bancário vem aumentando seu grau de concentração entre 2002 e 2009. No primeiro ano, os dois maiores bancos (RC2) e os vinte maiores (RC20) representavam 27,89% e 87,58% respectivamente dos ativos do setor bancário. Em 2009, esse valor aumentou para 36,29% e 92,05%, ou seja, um aumento na concentração de 30,12% no RC2 e 5,1% no RC20. Com isso, dos 137 bancos existentes em 2009, 92,05% dos ativos estão concentrados nos vinte maiores bancos. Já em 2002, dos 149 bancos existentes, 87,58% dos ativos eram dos vinte maiores bancos.

Uma característica dos dois maiores bancos do período em estudo é que os bancos de 2002 até 2005 pertenciam à categoria bancos públicos federais com o banco do Brasil sendo o maior banco em todos os anos. Entre 2002 e 2004, o segundo maior banco foi o BNDES e em 2005 foi a CEF. A partir de 2006, a categoria dos bancos privados nacionais passou a ingressar o RC2 com o Itaú sendo o segundo maior banco a partir desse período. Isso também se deve ao fato do Itaú ter comprado o BankBoston. Já os bancos estaduais possuem representantes entre os maiores bancos apenas no RC10 com o banco Nossa Caixa em 2003. Em 2009, a categoria bancos com participação estrangeira deixou de ingressar o bloco com os dez maiores bancos pelo fato do Unibanco ter sido vendido ao grupo Itaú.

Tabela 4.3 Indicadores de concentração bancária: ativos totais por categorias (%) deflacionados pelo IGP-DI - 2002 a 2009

Ano	RC2	RC5	RC10	RC15	RC20
2002	27,89	54,82	73,46	82,41	87,58
2003	28,83	60,39	77,59	85,67	89,35
2004	28,21	58,50	77,94	86,45	90,00
2005	26,84	56,42	77,16	86,21	89,82
2006	26,43	57,93	78,92	87,26	90,43
2007	26,94	56,36	79,42	86,97	89,84
2008	27,73	59,64	81,87	87,81	90,53
2009	36,29	68,80	87,06	90,15	92,05

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Dessa forma, fica evidente a hegemonia das categorias privado nacional, privado com controle estrangeiro e público federal entre os maiores bancos segundo seus ativos. Mesmo com a entrada da Nossa caixa (entre 2002 e 2008) e Banrisul (a partir de 2006) no RC15, apenas o banco Nossa Caixa superou a marca do RC10 em apenas um ano do período estudado. Além disso, os cinco maiores bancos entre 2002 e 2009 foram os mesmos, exceto para o ano de 2008.

Ao analisar os dez maiores bancos ao longo do período, pode-se concluir que a diferença entre a participação no ativo dos bancos federais é muito superior se comparada às outras categorias. A tabela 4.4 mostra as médias das participações proporcionais dos bancos entre 2002 e 2009 que participaram, pelo menos uma vez ao longo do período, no RC10. Os três bancos públicos federais da tabela representaram em média 46,45% do ativo do RC10 no período. A soma de todos os outros bancos representou uma participação em média de 41,56% dos ativos do RC10. Ao somar a participação dos privados nacionais com os públicos federais, esse valor em média é de 80,53% dos ativos do RC10. Portanto, entre 2002 e 2009, o processo de concentração bancário intensificou-se.

Tabela 4.4 Indicadores de concentração bancária: média da proporção dos ativos dos bancos no período de 2002 a 2009 (%) deflacionados pelo IGP-DI

Categoria	Instituição	Participação no RC2	Participação no RC5	Participação no RC10
Privado com controle estrangeiro	BANKBOSTON	-	-	3,72
	ABN AMRO	-	-	5,71
	CITIBANK	-	-	2,38
	HSBC	-	-	3,97
	SANTANDER	-	18,24	10,21
	SANTANDER	-	-	-
	BANESPA	-	-	6,18
Público Federal	CEF	41,67	17,57	13,09
	BB	56,83	27,49	20,53
	BNDES	40,54	17,77	12,83
Privado Nacional	BRADESCO	-	18,60	13,86
	ITAU	45,52	18,52	13,82
	SAFRA	-	-	3,04
	VOTORANTIM	-	-	3,36
	NOSSA CAIXA	-	-	2,49
Privado com participação estrangeira	UNIBANCO	-	-	6,90

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Cabe mencionar que das quinze instituições que vieram a pertencer ao RC10 ao longo do período, duas delas são a mesma instituição desde 2000, ou seja, o grupo Santander, que comprou o banco estadual de São Paulo, o Banespa. Após a compra pelo Santander em 2000, a fusão completa só ocorreu em 2005 com o nome Banespa sendo excluído um ano mais tarde. Entretanto, o Santander Banespa foi extinto dos balancetes do BACEN apenas em 2008. Além desse caso, existe a compra do BankBoston e Unibanco pelo Itaú em 2006 e 2008, respectivamente. Em 2007, o ABN Amro foi comprado pelo Santander, o que levou o mesmo a ser o quarto maior banco, tirando o BNDES do conglomerado dos cinco maiores bancos segundo seus ativos em 2008. O ABN Amro deixou de constar nos balancetes do BACEN a partir de 2009. Um último caso foi a extinção da Nossa Caixa ao ser adquirida pelo Banco do Brasil em 2008. A partir de 2009, a Nossa Caixa não consta mais nos balancetes do BACEN.

Existem outras aquisições importantes dos cinco maiores bancos que não estão na tabela acima por não pertencerem ao RC10, tais como: a venda do BBA-Creditanstalt ao Itaú em 2002, a venda dos bancos Mercantil, Zogbi e BBVA ao Bradesco, respectivamente em 2002, 2003 e 2003, a venda da filial dos Lloyds para o HSBC em 2003 e, por último, a venda do Sudameris ao ABN Amro em 2003.

Dessa forma, constatou-se que dos quinze bancos existentes ao longo do período em análise restaram apenas onze em 2009 com participação no RC10 no período mencionado. Além disso, dos bancos citados acima, apenas o HSBC ainda não foi adquirido por nenhum dos cinco maiores bancos até 2009. Fica evidente que o processo de concentração bancária continua em andamento, sendo que os maiores bancos são os principais agentes desse processo.

4.4 Lucratividade do setor bancário nacional

O ROA (taxa de retorno do ativo) e ROE (taxa de retorno do capital próprio) são medidas para o cálculo da lucratividade. Nesse caso, o ROA é o lucro líquido sobre o ativo da instituição ou categoria. A diferença dele para o ROE é que o denominador representa

patrimônio líquido ao invés de ativo. A tabela 4.5 apresenta o ROA e ROE do setor bancário por categoria para o período de 2002 a 2009.

De acordo com a tabela 4.5, o ROA dos bancos privados nacionais, dos privados com controle estrangeiro e dos privados com participação estrangeira declinaram, enquanto que dos bancos federais e estaduais aumentaram no período em análise. Os bancos federais tiveram crescimento próximo de 200% em ambos os indicadores entre 2002 e 2009. Já os bancos estaduais cresceram 66,67% no ROA e diminuíram 7,78% no ROE para o período da amostra. No caso dos bancos privados nacionais e privados com controle estrangeiro, suas taxas decaíram respectivamente em 30,19% e 90,83% no ROA e 22,16% e 93,74% no ROE. Essa queda se deve ao crescimento do ativo, no caso do ROA, e do patrimônio líquido, no caso do ROE, além de ser intensificada pela queda do lucro líquido dessas categorias.

Tabela 4.5 Índices de lucratividade ROA e ROE dos bancos por categoria deflacionados pelo IGP-DI - 2002 a 2009 (%)

Categorias	Índice	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PN	ROA	0,53	0,56	0,62	0,76	0,44	0,66	0,47	0,37
	ROE	5,01	5,02	5,70	6,51	3,74	5,87	4,85	3,90
PCE	ROA	1,20	0,46	0,11	0,30	0,39	0,47	0,15	0,11
	ROE	12,12	3,33	0,88	2,68	3,77	5,41	1,26	0,88
PPE	ROA	0,58	0,46	0,40	0,49	0,19	0,92	0,39	0,04
	ROE	6,25	4,16	4,05	5,21	1,97	10,26	5,29	0,08
PE	ROA	0,33	0,42	0,29	0,47	0,45	0,15	0,28	0,55
	ROE	5,01	4,91	3,33	5,00	4,82	1,56	3,19	4,62
PF	ROA	0,13	0,33	0,39	0,41	0,58	0,55	0,38	0,38
	ROE	2,24	5,57	5,76	5,70	7,65	6,86	5,36	6,92

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN

Entre 2002 e 2009, todas as categorias tiveram crescimento real segundo ativo e patrimônio líquido, exceto os bancos privados com participação estrangeira com crescimento negativo em ambas as variáveis e os públicos estaduais que diminuíram seus ativos. O crescimento real mais expressivo segundo o ativo e patrimônio líquido foi da categoria privado nacional com taxas de 149,69% e 122,2%, respectivamente. A categoria com melhor desempenho no lucro líquido foi dos bancos federais que cresceram 404,22% entre 2002 e 2009. Os bancos estaduais, se comparado com as outras categorias, tiveram crescimento negativo do ativo (-20,5%) e positivo do patrimônio líquido (43,7%) e lucro líquido (32,7%).

Os resultados acima ocorreram, pois os bancos estaduais tiveram crescimento do patrimônio maior do que o ativo, o que prova o crescimento positivo do ROA e negativo do ROE entre 2002 e 2009. Os bancos federais apresentaram grande crescimento do lucro líquido, o que acarretou em elevação do ROA e ROE, enquanto os bancos privados nacionais tiveram queda dos mesmos pelo crescimento maior do ativo e patrimônio líquido em relação ao lucro líquido. Já os bancos privados com controle estrangeiro apresentaram taxa negativa de crescimento do lucro líquido (-88,06%) entre 2002 e 2009, o que justifica a queda dos indicadores em aproximadamente 90%. Por fim, os bancos privados com participação estrangeira apresentaram taxas negativas para as três variáveis pelo fato dessa categoria, em 2009, apresentar apenas banco em seu balanço e pelo Unibanco ter deixado a mesma ao ser adquirido pelo Itaú no final de 2008.

Tabela 4.6 Índices de lucratividade ROA e ROE dos cinco maiores bancos no período de 2002 a 2009 deflacionados de IGP-DI (%)

Categoria	Instituição	Índice	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PN	BRADESCO	ROA	0,34	0,41	0,57	0,88	0,10	0,69	0,53	0,42
		ROE	3,88	4,35	5,65	7,83	0,91	6,13	5,54	4,63
	ITAU	ROA	0,59	0,69	1,00	1,05	0,82	0,83	0,47	0,38
		ROE	4,77	5,91	8,76	8,50	6,41	8,10	5,62	4,56
PCE	SANTANDER	ROA	-	-	-	-	-	-	0,15	-
		ROE	-	-	-	-	-	-	1,01	-
PF	BB	ROA	0,28	0,31	0,35	0,59	0,32	0,40	0,42	0,30
		ROE	7,19	5,69	6,05	8,55	4,49	5,91	6,69	5,88
	BNDES	ROA	0,03	0,32	0,52	0,39	1,33	1,49	-	0,65
		ROE	0,39	4,50	5,53	4,05	12,37	10,70	-	8,89
	CEF	ROA	0,37	0,35	0,29	0,17	0,30	0,03	0,26	0,25
		ROE	10,03	8,68	6,84	4,05	6,57	0,60	5,92	7,05

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Ao analisar o ROA e ROE dos cinco maiores bancos entre 2002 e 2009 (tabela 4.6), constata-se que o melhor indicador de lucratividade foi do BNDES⁷ com crescimento do ROA e ROE de aproximadamente 2000%. Outro banco que cresceu em ambos os indicadores foi o Bradesco no ROA em 23,53% e no ROE em 19,33%. A CEF e o Itaú tiveram crescimento negativo em ambos os indicadores ROA e ROE de respectivamente 32,43% e 29,71% na CEF e 35,59% e 4,4% no Itaú. Por último, o banco do Brasil cresceu em 7,14% o indicador ROA e decresceu em 18,22% o indicador ROE.

Nas tabelas 4.7 e 4.8, estão as margens de intermediação financeira das categorias e dos cinco maiores bancos para o período entre 2002 e 2009. Os resultados mostram que as margens líquidas de juros das categorias privado nacional e público estadual foram as que apresentaram os melhores resultados em 2009. Os bancos com controle estrangeiro apresentaram declínio, enquanto que os bancos federais tiveram pequena elevação em sua margem no período do estudo. Os valores dos bancos com participação estrangeira são viesados a partir de 2008, já que esta categoria apresenta apenas um banco em sua amostra.

Tabela 4.7 Margem de intermediação financeira do setor bancário por categorias no período de 2002 a 2009 (%) deflacionados pelo IGP-DI

Categorias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PN	0,752	1,581	1,584	1,869	1,465	1,261	0,571	1,128
PPE	2,031	1,833	1,349	1,392	1,651	1,146	0,359	0,787
PCE	-0,783	1,367	1,442	1,430	1,658	1,581	0,204	1,780
PE	2,847	2,550	2,332	2,566	2,216	1,835	1,610	2,001
PF	0,593	1,108	0,952	1,092	1,120	0,993	0,886	0,638

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Na tabela abaixo, contata-se que apenas o BNDES e BB apresentaram crescimento positivo da margem no período em análise. O Bradesco e o Itaú apresentaram margens praticamente constantes ao longo do período, mas com os melhores indicadores entre os cinco maiores bancos em 2009. Dessa forma, os dois bancos privados nacionais tiveram, no período estudado, o desempenho mais expressivo na margem de juros líquido, ou seja, o *spread* bancário.

⁷ O BNDES deve ser tratado como um caso especial pelo fato de ser um banco de fomento.

Tabela 4.8 Margem de intermediação financeira dos cinco maiores bancos do setor no período de 2002 a 2009 (%) deflacionados pelo IGP-DI

Categorias	Instituições	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PN	BRADESCO	1,109	1,314	1,693	2,049	1,415	1,370	0,463	1,105
	ITAU	0,209	1,619	1,858	2,097	1,552	1,139	0,222	1,259
PCE	SANTANDER	-	-	-	-	-	-	0,087	-
	BB	0,499	1,377	0,991	1,456	0,900	1,130	0,805	0,696
PF	BNDES	-0,072	0,306	0,517	0,180	1,078	0,993		0,354
	CEF	1,180	1,400	1,250	1,319	1,436	0,757	1,110	0,778

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

O grande desempenho dos indicadores de lucratividade do BNDES entre 2002 e 2009 ocorreu, pois ele apresentou crescimento menor do ativo (46,92%) e patrimônio (26,86%), se comparado com o alto crescimento do lucro líquido (2825,23%). Apesar disso, todos os cinco maiores bancos apresentaram crescimento positivo para essas três variáveis com destaque para o Itaú, que teve crescimento acima de 130% nessas variáveis entre 2002 e 2009. Assim como o Itaú, o Bradesco também apresentou crescimento acima de 100%, enquanto que o Banco do Brasil teve crescimento acima desse patamar apenas para o patrimônio líquido.

4.5 Correlações entre concentração e lucratividade do setor bancário nacional entre 2002 e 2009

De acordo com o modelo de **Monti-klein** desenvolvido por Freixas e Rochet (1997), o índice de Lerner é igual ao inverso da elasticidade sob a condição de maximização da firma bancária. Dessa forma, quanto maior o *market-share* dos bancos, menor será a elasticidade da demanda de empréstimos e oferta de depósitos, ou seja, um índice de Lerner alto. Desse modo, os bancos conseguem estabelecer maiores taxas de empréstimos e menores taxas de depósitos de forma a maximizar o *spread* bancário, ou seja, obter taxas de lucro positivas.

Como o mercado bancário nacional é caracterizado por um oligopólio, o modelo acima é ajustado de forma que a elasticidade é multiplicada pelo número de firmas em funcionamento no setor, como visto no tópico 1. Com isso, é possível fazer uma análise do setor bancário da seguinte forma: estudar o setor por categorias e pelos cinco maiores bancos segundo seus ativos, correlacionando o lucro líquido e *spread* com os ativos dos mesmos. O resultado será comparado com o modelo acima para constatar se o aumento do poder de mercado dos bancos é positivamente correlacionado com seus lucros.

De acordo com tabela 4.9, entre o período de 2002 até 2009, apenas os bancos com controle estrangeiro apresentaram índices de correlação negativos, ou seja, o aumento do ativo desses bancos tem impacto negativo sobre o lucro líquido e sobre o *spread* bancário. Como os limites inferior e superior da função de correlação são, respectivamente, -1 e 1, as categorias privado nacional, público federal e público federal apresentaram correlação positiva com valores respectivamente de 0,56, 0,4 e 0,36. Dessa forma, o aumento do *market-share* teve grande impacto sobre o aumento dos lucros dessas categorias. A categoria privado com participação estrangeira apresentou índice próximo de zero, ou seja, correlação fraca. Entretanto, essa categoria apresenta valores praticamente nulos em 2009.

Tabela 4.9 Indicador de correlação por categorias do setor bancário no período de 2002 a 2009 deflacionados pelo IGP-DI

Categorias	Correlação (ativo e resultado bruto)
Privado Nacional	0,5562
Privado com controle estrangeiro	-0,1524
Privado com participação estrangeira	0,0678
Público Estadual	0,4028
Público Federal	0,3620

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Já a tabela 4.10 mostra os índices de correlação para os cinco maiores bancos do setor entre 2002 e 2009. O Itaú apresentou o melhor resultado, seguido pelo Banco do Brasil e Bradesco com índices respectivamente de 0,62, 0,39 e 0,26. Já o BNDES apresentou índice de correlação praticamente zero, ou seja, não há correlação entre essas variáveis. A CEF se comportou da mesma forma do BNDES. Portanto, fica evidente que o aumento dos ativos dos bancos, ou seja, do poder de mercado, influencia de forma positiva a obtenção de lucros para os bancos Itaú, Banco do Brasil e Bradesco.

Tabela 4.10 Indicador de correlação dos cinco maiores bancos do setor no período de 2002 a 2009 deflacionados pelo IGP-DI

Categorias	Instituições	Correlação (ativo e resultado bruto)
PN	BRADESCO	0,2593
	ITAU	0,6170
PCE	SANTANDER	-
PF	BB	0,3930
	BNDES	0,0222
	CEF	0,0668

Fonte: Elaboração própria com dados do BACEN.

Essa análise conclui que o aumento da concentração de mercado do setor bancário nacional entre 2002 e 2009 está influenciando de forma positiva o aumento de lucros do setor, exceto para a categoria privado com controle estrangeiro. Isso está de acordo com o modelo de **Monti-Klein**, pois o aumento da concentração do setor diminui a elasticidade da oferta de empréstimos e demanda de depósitos elevando o índice de Lerner. Com isso, os bancos aumentam seus *spreads* bancários, ou seja, os lucros. Ainda sobre o modelo, outro fator que estimula a concentração bancária visando aumento de lucros é o tipo de mercado no qual os bancos estão inseridos. Como o mercado bancário nacional é estruturado sob um oligopólio, o menor número de bancos no mercado (aumento da concentração) também aumenta o índice de Lerner, estimulando, dessa forma, os bancos a realizarem F&As para auferirem maiores lucros.

5. Conclusão

A desregulamentação do sistema financeiro internacional ocorrida na década de 1960 levou à concentração do setor bancário por meio das F&As. Por meio do modelo de **Monti-Klein** para o caso de um oligopólio foi possível determinar as variáveis influenciadas pelo processo de concentração bancária. Esse modelo prova que o índice de Lerner é igual ao inverso da elasticidade preço da demanda multiplicado pelo número de firmas. Portanto, o poder de mercado das firmas determina a grandeza das seguintes variáveis: taxa de juros de demanda por empréstimos, taxa de juros de oferta de depósitos e número de firmas no mercado. Assim, quanto maior o número de firmas, menor será o índice de Lerner, ou seja,

menor será o poder de mercado dos bancos, o que impossibilita os bancos de determinarem altas margens de juros.

O sistema financeiro brasileiro também sofreu uma reestruturação na década de 1990 com intuito de evitar crises sistêmicas. Esse processo foi conduzido pelo governo por meio de medidas e programas elaborados para fortalecer o setor bancário, já que este é o maior representante do sistema financeiro. Dentre as ações do governo destacam-se o PROER, PROES, PROEF e a abertura do mercado aos bancos estrangeiros. Entre 1988 e 2003, esses programas não só determinaram o grau de concentração do setor, mas também mudaram a estrutura do setor bancário, como a diminuição dos bancos estaduais e o aumento dos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro. Além disso, constatou-se que os bancos públicos federais, mais especificamente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, foram as maiores instituições segundo valor dos ativos. Dessa forma, os bancos nacionais continuaram como a principal categoria do setor bancário nacional, apesar da abertura do setor aos bancos estrangeiros.

Todavia, mesmo após o fim dos programas e fortalecimento do setor bancário, o processo de concentração continuou em andamento na década seguinte. Fato este que foi observado principalmente nos grandes bancos do setor, mais especificamente das categorias privado com controle estrangeiro, privado nacional e público federal. Entre 2000 e 2008, ocorreram algumas fusões que contribuíram para aumentar o *market-share* dos maiores bancos. Em 2000, o banco estadual Banespa foi adquirido pelo Santander. Sete anos depois, esse mesmo banco adquiriu o ABN Amro, o que levou o Santander a pertencer aos cinco maiores bancos do setor segundo seu ativo em 2008. Nesse mesmo ano, o Unibanco (PPE) foi comprado pelo Itaú (PN) e a Nossa Caixa (PE) foi adquirida pelo Banco do Brasil (PF).

Quanto à proporção do ativo, os bancos federais foram os que apresentaram os maiores ativos entre 2002 e 2009 seguidos pelos bancos privados nacionais. Apenas em 2007 e 2008, estes superaram os bancos federais. Em 2009, a categoria privado com participação estrangeira passou a ter valores praticamente nulos após a venda do Unibanco ao Itaú. Nesse ano, essa categoria apresentou apenas um representante, o banco Concórdia. Dessa forma, com os valores apresentados nos balancetes, essa categoria pode ser considerada extinta nos balancetes do BACEN no ano 2009.

Ao analisar os cinco maiores bancos segundo seus ativos em 2009, constata-se que o Banco do Brasil apresenta a maior proporção do ativo. Em seguida aparecem os bancos Itaú e Bradesco nessa ordem. Em quarto e quinto lugares aparecem o BNDES e a CEF. Entre 2002 e 2009, os cinco maiores bancos eram os mesmos, com exceção em 2008, quando a categoria privado com controle estrangeiro tem o Santander como representante. Portanto, fica evidente que os maiores bancos do setor pertencem à categoria público federal e privado nacional.

Em seguida, ao analisar os índices de lucratividade do setor, conclui-se que os bancos federais e estaduais tiveram crescimento do ROA, enquanto os privados nacionais e privados com controle estrangeiro tiveram crescimento negativo. Quanto ao ROE, apenas a categoria público federal teve resultados positivos. Entretanto, ao analisar o patrimônio líquido, o ativo e o lucro líquido dos cinco maiores bancos entre 2002 e 2009, constata-se que todos apresentaram crescimento positivo, mas com destaque para o Itaú, Bradesco e principalmente BNDES.

Por fim, de acordo com o modelo de **Monti-Klein**, existe uma correlação entre grau de concentração e lucratividade. De acordo com os resultados entre 2002 e 2009, apenas a categoria privado com controle estrangeiro apresentou correlação negativa, ou seja, o aumento dos ativos diminuiu os lucros da categoria. Já os bancos privados nacionais, públicos federais e públicos estaduais apresentaram valores acima de 0,3. Ao analisar os cinco maiores

bancos, contata-se que todos apresentaram correlação positiva. Entretanto, os bancos BNDES e CEF apresentaram valores praticamente iguais a zero. Portanto, fica claro que o aumento do *market-share* dos bancos e categorias está contribuindo para o aumento da lucratividade destes.

6. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Bruno D. Castro. **Bancos e concentração de crédito no Brasil: 1995-2004**. Niterói, 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade federal de Minas Gerais.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos da Basileia**. In: Rogerio Sobreira. (Org.). *Regulação Financeira e Bancária*. 1 ed. São Paulo: Atlas, v. , Ano: 2005, p. 121-137.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e alguma evidência preliminar**. In: Paula, L.F.; Oreiro, J.L.. (Org.). *Sistema Financeiro. Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, Ano: 2007, p. 103-123.
- COUTINHO, Rafael Zogueib. **Spread e concentração bancária no Brasil: um estudo teórico e empírico dos efeitos da consolidação bancária sobre as margens de intermediação financeira no período 1988-2003**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Ano: 2004.
- CYSNE, R; COSTA, S. G. S. **Reflexos do plano real sobre o sistema bancário brasileiro**. Ensaio econômico EPGE, n.279, Rio de Janeiro: EPGE/FGV, Ano: 1996.
- FAMA, E.F. **Baking and theory of finance**. *Journal of monetary economics*, v. 10, Ano: 1980, p. 39-57.
- FREITAS, Ana Paula G. **Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da consolidação bancária pós-real**. 2008, 100 f. Dissertação (mestrado em Ciências Econômicas) Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ano: 2008.
- FREIXAS, X. ; ROCHET, J.C. **Microeconomics of Banking**. Cambridge (Mass): MIT Press, Ano: 1997.
- GONÇALVES, José Henrique Alves. **O processo de consolidação bancária no Brasil 1994-2002: implicações quanto ao padrão de rentabilidade e eficiência dos bancos**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Ano: 2004.
- IBGE/DECNA. **Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995**. IBGE/DECNA, Rio de Janeiro, Ano: 1997.
- MARQUES, M. B. I. **Causas e conseqüências da consolidação bancária no Brasil**. Niterói, 2002. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense.
- MOLYNEUX, P. **Does size matter? Financial restructuring under Emu**. EIFIC - Technology and Finance, Working Papers, Ano: 2003, p. 03-30.
- PAULA, Luiz Fernando de. **Bancos e crédito: a abordagem póskeynesiana de preferência pela liquidez**. *Revista de Economia*, v. 32, n. 2 (ano 30), Ano: 2006. p. 81-93.
- PAULA, Luiz Fernando de; MARQUES, M. B. L. **Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil**. *Análise Econômica*, v. 24, n. 45, Ano: 2006. p. 235-263.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial.** Textos para discussão. BNDES, Rio de Janeiro, n. 68, Ano: 1999.

ROCHA, F. **Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994/2001.** Notas Técnicas, Brasília: Banco Central do Brasil, n.11, Ano: 2001.

SANTOS, Daniele A. Halley dos. **O comportamento estratégico dos bancos e a evolução do volume de crédito brasileiro pós-estabilização.** Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.